



Cidadania capenga

Alexandre Santos

Comentário sobre o déficit de cidadania experimentado pela sociedade brasileira.

"Para que o povo possa exercer a cidadania - cumprindo seus deveres e desfrutando seus direitos - precisa usufruir condições básicas como emprego, renda e conhecimento sobre seus direitos e sobre os recursos que o Estado oferece"

A cidadania costuma ser definida como a condição vivida pelo cidadão que, em reciprocidade ao cumprimento de deveres, goza direitos civis e políticos. Há, portanto, uma dupla face na definição. O efetivo desfrute de direitos se soma ao cumprimento de deveres para configurar a cidadania. Assim, regimes que se dedicam apenas a cobrança dos deveres não patrocinam cidadania. Da mesma forma, regimes que não garantem o pleno desfrute dos direitos também não o fazem. Para que a cidadania se confirme, há a necessidade de *efetiva realização dos direitos dos cidadãos*. Essa condição é pouco observada, pois, nesse aspecto, muitos governantes pensam que para estar quites com a cidadania basta que o regime *permita a realização dos direitos*. Isso (permitir a realização dos direitos), no entanto, não atende aos requisitos da cidadania, pois, para que ela aconteça, é necessário que os direitos dos cidadãos *possam efetivamente se realizar*. Essa condição tem muitas implicações, podendo, inclusive, desmascarar governos aristocráticos, como o do Sr. Cardoso que, embora *permitam* o gozo dos direitos aos que contam com recursos para exercê-los, não garantem seu desfrute aos demais, sonogando, portanto, sua cidadania.

Muitos regimes aristocráticos, como o que vigora no Brasil, proclamam-se democráticos, alardeando seu respeito à cidadania. Mas, ao usar e abusar de artifícios, que, na prática, sonogam os direitos do povo, os regimes aristocráticos apenas resvalam naquele status. O governo Cardoso, por exemplo, nunca fez nada para que o conjunto da população pudesse exercer a cidadania. Para que o povo possa exercer a cidadania - cumprindo seus deveres e desfrutando seus direitos - precisa usufruir condições básicas como emprego, renda e conhecimento sobre seus direitos e sobre os recursos que o Estado oferece. Como o povo pode gozar dos direitos se não dispõe do poder aquisitivo necessário? Como pode reclamar direitos se não sabe quais são? Como pode usar a administração pública se não a conhece?

Para que o povo possa cobrar seus direitos há necessidade de que, pelo menos, os conheça, sendo necessário, portanto, que conheça a lei e a máquina estatal à sua disposição. Caso contrário, não tem como desfrutá-los, exercendo a cidadania. Quando, por exemplo, uma pessoa não conhece o funcionamento de um aparelho de televisão, seu painel de controle não passa de um amontoado de botões, cujo uso indevido pode, até, comprometer

o rendimento do conjunto. O mesmo acontece com o serviço público. Para que um cidadão possa desfrutar dos recursos oferecidos pelo Estado, precisa conhecer os órgãos que compõem o governo e suas funções. Esse é um ponto básico para o exercício da cidadania. Infelizmente, o serviço de comunicação social dos governos aristocráticos, sempre atrelados a projetos eleitorais, concentram sua atividade na publicidade de ações fúteis e duvidosas, sonogando o conhecimento sobre o funcionamento do serviço público ao cidadão comum, talvez na esperança de não estimular reclamações e, ao mesmo tempo, reservar o desfrute da "máquina" para um seleto grupo de ungidos. Essa é a razão do governo brasileiro não divulgar a estrutura e funcionamento da sua máquina administrativa, criando Centros de Orientação ao Contribuinte que, ao invés informar sobre o uso do serviço público, voltam sua ação apenas para esclarecer sobre o pagamento de impostos.

A irresponsabilidade econômica do governo Cardoso, aumentando o desemprego e esmagando o poder aquisitivo dos salários, já desnudou sua face elitista. Mas, a aristocracia do governo Cardoso atinge outros campos, comprometendo, ainda mais, a realização da cidadania. Quando o governo Cardoso fala em modernização do Estado, não se refere em desmistificá-lo, em desprivatizá-lo, em transparecê-lo, entregando-o ao povo. Pelo contrário, fala em fechá-lo, adotando recomendações liberais que, no fundo, pretendem implantar um Estado Feudal sob o comando das grandes corporações nacionais e internacionais (os novos senhores feudais). Com efeito, até hoje o governo Cardoso não deu um único passo para transparecer o Estado, esclarecendo o povo sobre seus direitos. Não é à toa que, sem conhecer seus direitos, a grande maioria do povo não sabe o que pode exigir do governo e, mesmo que sabe, não tenha idéia de como encaminhar suas reclamações.

Para que a cidadania possa se realizar, o povo precisa conhecer a lei, seus direitos e o funcionamento do serviço público. Nesse sentido, o sistema de comunicação de massa pode dar uma grande contribuição, elegendo a discussão do serviço público e seu funcionamento, legislação e os direitos individuais e sociais como matérias de discussão permanente. O sistema de ensino, por sua vez, deve introduzir o ensino sobre a estrutura de governo, seu financiamento e funcionamento, legislação e direitos individuais e sociais como matérias regulares. Basta de desinformação! Basta de manipulação! Basta de aristocracia!

Alexandre Santos é presidente regional e dirigente nacional do Partido Solidarista Nacional (PSN)
Editorial de O Libertador, nº 73, da 2ª quinzena de dezembro de 1997.